



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

MARCOS SILVEIRA DE OLIVEIRA

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA E A PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Brasília – DF

2011

MARCOS SILVEIRA DE OLIVEIRA

**UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO
DIRETO NA ESCOLA E A PRÁTICA DEMOCRÁTICA**

Monografia apresentada ao
Departamento de Administração como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Professora Orientadora: Doutora, Magda
de Lima Lúcio

Brasília – DF

2011

Oliveira, Marcos Silveira de.

Utilização dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola e a prática democrática / Marcos Silveira de Oliveira. – Brasília, 2011.

38 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2011.

Orientador: Prof. Dra. Magda de Lima Lúcio, Departamento de Administração.

1. Programa Dinheiro Direto na Escola. 2. Gestão Democrática. 3. Gestão Financeira. I. Título.

MARCOS SILVEIRA DE OLIVEIRA

**UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO
DIRETO NA ESCOLA E A PRÁTICA DEMOCRÁTICA**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do aluno Marcos Silveira de Oliveira

Marcos Silveira de Oliveira

Doutora, Magda de Lima Lúcio
Professora-Orientadora

Brasília, de de

AGRADECIMENTOS

À todos que estiveram presentes e fizeram parte da construção deste trabalho, dividindo angústias e conquistas.
VALE VALE...

RESUMO

A pesquisa buscou evidenciar elementos que comprovassem ou não a participação da comunidade escolar nas decisões em uma escola pública do DF, no que se refere ao recurso proveniente do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que repassa da União diretamente para a escola, recursos financeiros que são administrados em nível local. As bases legais do Programa, assim como teóricos educacionais, sustentam que a Gestão Democrática da escola pública, traduzida neste trabalho como a participação da comunidade escolar na tomada de decisão, deve servir como fundamento para a melhora contínua na qualidade da educação, além de ser um pressuposto básico do Programa. Para tanto, o referencial teórico buscou inserir o leitor no arcabouço teórico da Gestão Democrática, demonstrando sua concretização na legislação brasileira e materialização prática no ambiente escolar. O PDDE também foi apresentado, de forma a permitir um entendimento do seu funcionamento e exigências perante a escola. A busca de dados para consecução do trabalho foi realizada através de uma visita a uma escola, onde foram analisados documentos instrumentais para a gestão financeira e também através de uma entrevista com o Diretor da escola. Pode-se concluir com esta pesquisa que a gestão dos recursos do Programa foi inserida nas práticas já existentes de gestão financeira da escola. A participação da comunidade no planejamento, acompanhamento e aprovação das despesas já era realidade, principalmente através da atuação da APM – Associação de Pais e Mestres. Foi evidenciado, no entanto, a chance desta participação ocorrer somente em aspecto formal, de maneira a apenas referendar as decisões da Diretoria. Foi limitação desta pesquisa, conseguir evidenciar a efetividade desta participação e a certeza da existência de uma verdadeira prática democrática na escola.

Palavras-chave: PDDE. Gestão Financeira. Gestão Democrática.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Contextualização.....	8
1.2	Formulação do problema	8
1.3	Objetivo Geral	10
1.4	Objetivos Específicos.....	10
1.5	Justificativa	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Entendendo e Contextualizando a Gestão Democrática.....	12
2.1.1	Distinção entre Democracia como forma de governo e Democracia Participativa.....	12
2.1.2	Democratizando a Educação Brasileira	13
2.1.3	Entendendo a gestão democrática	15
2.2	PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola	16
2.2.1	Origem e Legislação	16
2.2.2	Funcionamento	17
2.2.3	PDDE e a Democratização	18
2.2.4	As Unidades Executoras	19
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	21
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa.....	21
3.2	Caracterização da organização, setor ou área	21
3.3	Participantes do estudo.....	22
3.4	Caracterização dos instrumentos de pesquisa	22
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados.....	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	32
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão do Curso de Administração, será abordado um programa do Governo Federal, criado pelo Ministério da Educação em 1995 e administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) desde então. Trata-se do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que só no ano de 2010 atendeu 137.640 escolas e 41.124.404 alunos, através do repasse de recursos que somaram R\$ 1.426.839.530,24, de acordo com dados do FNDE.

O avanço desse Programa é, como o próprio nome já diz, a chegada do recurso diretamente na escola para administração da própria unidade escolar e sem intermediação de outros órgãos do governo.

A participação no PDDE, exigiu o atendimento a algumas exigências do FNDE, como a criação de Unidades Executoras (UEX) e, muito além disso, promoveu uma transformação no ambiente escolar, como prova uma pesquisa do FNDE ligada à Unicamp, que revelou que 83,5% das escolas da rede urbana experimentaram pela primeira vez uma forma mais autônoma de gerir os seus recursos. (MOREIRA, 1999)

Trataremos neste trabalho, da gestão desse recurso financeiro dentro da escola Centro Educacional 01 – Planaltina – DF. A pesquisa dirá como a escola lida com o recurso e qual a participação dos sujeitos escolares no processo de tomada de decisão.

Como debate teórico do tema, será considerado inicialmente a Gestão Democrática - GD dentro do Sistema Educacional Brasileiro. Uma diferenciação entre democracia representativa e participativa será realizada de forma a ampliar o conceito de democracia aqui discutido. Será apresentado o ordenamento jurídico incentivador de políticas e programas baseados na GD e o entendimento sobre dela na realidade escolar.

Após, o PDDE será apresentado: 1) Em linhas gerais, grandes números, funcionamento, etc; 2) A ligação do PDDE com a GD, dentro do entendimento que o programa é um propiciador de uma relação participativa dentro da escola; por último, 3) O papel das Unidades Executoras.

Com esse debate se espera conseguir inteirar o leitor dentro do grande movimento democrático, para que consiga compreender como o PDDE está inserido na conjuntura atual e a influência final dele, na realidade escolar, objeto final em que será aplicado o estudo.

1.1 Contextualização

A criação desse programa está contextualizada em um ambiente de mudanças no que se entende como função do Estado perante a sociedade e mais especificamente, nas Políticas Públicas de Financiamento do Sistema Educacional Brasileiro.

Com base na Constituição Federal de 1998, debates a respeito da descentralização das funções do estado e da desconcentração da gestão dos recursos financeiros na educação foram intensificados.

É com esse respaldo que a discussão da Gestão Democrática (GD) da escola pública toma fôlego, abrindo cada vez mais um caminho sem volta para a efetiva cidadania e afastamento dos modelos autoritários de planejar a educação. Amparada por políticas e programas governamentais, a GD é necessária para uma evolução sustentável desse novo caráter do estado, já que a crescente autonomia da unidade escolar, para obter sucesso, deve ser pautada na participação de todos os interessados nas decisões de âmbito escolar.

1.2 Formulação do problema

Com o novo ordenamento democrático, oficializado pela Constituição de 1988, políticas e programas resultantes promoveram, aos poucos, algumas mudanças na gestão das escolas públicas brasileiras. As instituições responsáveis pelo sistema de educação brasileiro nos níveis municipal, estadual e federal, começaram a atuar a partir de um ideal promotor da democratização na utilização de recursos na

educação. O PDDE é um exemplo, pois descentraliza decisões sobre compras, reformas e projetos nas escolas públicas.

De uma maneira abrangente, mudanças ocorreram na forma com que a escola se organiza em relação a ações administrativas e pedagógicas. Ou seja, esta mudança gradual no pensamento do sistema de ensino brasileiro promoveu, aos poucos, transformações dentro da escola, traduzidas e levadas a cabo por mudanças na maneira com que a direção da escola lida com questões financeiras, no caso do PDDE.

Porém, somente a constatação da mudança na gestão escolar não é evidência de melhoria da qualidade do ensino, objetivo final de toda e qualquer discussão a respeito do tema educação. Espera-se que a escola participante de um programa como o PDDE, ponha em prática todo o ideal democrático participativo esperado pela maioria dos teóricos da educação atuais. Como será evidenciado, pesquisadores relacionam a GD dentro da escola como incentivadora da melhoria na qualidade do ensino.

O próprio FNDE define como objetivo do programa:

“[...] reforçar a autonomia gerencial e a participação nas unidades de ensino de alunos, pais de alunos, professores, diretores e demais profissionais da Educação, colaboradores, voluntários e todos aqueles imbuídos pelo propósito comum de tornar a escola uma organização que propicie ensino de qualidade.” (BRASIL, 1997, p. 2)

Como veremos, é condição para recebimento do recurso, a criação de uma Unidade Executora, definida como:

“[...] entidade de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar (caixa escolar, associação de pais e mestres - APM, conselho escolar, etc.), responsável pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE.” (BRASIL, 1999, p. 3)

Portanto, já está na semente do Programa, o reforço da participação comunitária dentro da gestão escolar, mais especificamente no objeto que será estudado, a participação de todos os sujeitos escolares na gestão financeira do recurso recebido através do PDDE.

Este programa será abordado dentro do contexto de uma escola pública do DF, o Centro Educacional 01 – Planaltina-DF. O que será analisado é se o recurso recebido pela escola está sendo utilizado de acordo com os princípios aspirados pelo programa, e com as linhas democráticas e participativas, tão presentes nos

pensamentos atuais da educação. Em outras palavras, a adesão ao PDDE e sua manutenção, realiza-se através da participação das partes interessadas, tornando a gestão deste recurso mais democrática?

Não foi intenção debater a melhoria da qualidade do ensino e sua relação com o Programa. Também não foi realizada uma comparação entre o período anterior e posterior (após implantação) do programa, mas sim a constatação, no período em que a pesquisa foi realizada, do atendimento aos pressupostos básicos do programa e ao cumprimento de sua filosofia, construída por meio de escalonamentos do ordenamento constitucional para as políticas de educação.

1.3 Objetivo Geral

Constatar a maneira como os recursos provindos do Programa Dinheiro Direto na Escola, do Ministério da Educação, estão sendo utilizados na escola Centro Educacional 01 – Planaltina-DF e se a política adotada para gerir este recurso está de acordo com os preceitos do programa e da linha de gestão democrática em voga nos estudos sobre a Educação Brasileira.

1.4 Objetivos Específicos

- Identificar todos os aspectos do PDDE: origem, regras, tabela de remuneração, preceitos.
- Identificar como a escola se organizou para receber o recurso, de forma a atender as regras exigidas pelo FNDE e como está a relação atual dela com o Programa.
- Identificar como ocorre a gestão financeira do recurso recebido através do Programa.
- Identificar a participação da comunidade escolar nas decisões sobre o uso dos recursos.

1.5 Justificativa

O professor Genuíno Bordignon (1995), ratifica a importância do tema. Ele nos mostra por que é necessário estudar a real condição em que está ocorrendo a gestão dos recursos do PDDE nas escolas:

“O princípio da gestão democrática da educação pública, com status constitucional, e os dispositivos legais relativos à sua implementação, representam os valores e significações dos educadores que preconizam uma educação emancipadora, como exercício de cidadania em uma sociedade democrática. São resultado de um processo instituinte do novo fundamento de gestão democrática da educação a desfazer o paradigma patrimonialista. Mas esses dispositivos legais, por si só, não mudam cultura e valores. Somente as práticas iluminadas pelo novo paradigma podem mudar culturas e valores.” (BORDIGNON, 1995, p. 4)

Traçando um paralelo entre o discurso acima e o conteúdo desta pesquisa, pode-se entender “cultura e valores” iluminados pelo “novo paradigma”, como uma gestão escolar que obteve sucesso em propiciar a democracia no ambiente escolar. Já o PDDE é o fruto do “processo instituinte do novo fundamento”.

O estudo do Programa dentro do ambiente escolar trará uma clara visão da maneira como diretoria, quadro de professores, quadro de funcionários, pais, alunos e comunidade interagem na tomada de decisão para utilização destes recursos. A interação entre estes atores será um extrato de como o Programa está contribuindo para o desenvolvimento do espírito participativo no convívio social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Entendendo e Contextualizando a Gestão Democrática

Pretende-se neste capítulo introduzir o tema Gestão Democrática, abordando a definição de democracia adotada, caracterizá-la dentro de ordenamentos jurídicos consolidados e demonstrá-la dentro da realidade escolar.

2.1.1 Distinção de Democracia como forma de gestão e Democracia Participativa no interior da escola

Segundo Medeiros (2011), para qualquer discussão a respeito de democratização, é preciso que se pontuem as formas de democracia presentes nos debates sociais. Na primeira forma, presente nas teorias hegemônicas a respeito do tema, entende-se democracia apenas como sistema político representativo, no qual se enquadra a escolha de representantes do povo através do voto direto – é a democracia representativa. A outra forma, descrita pelas teorias contra-hegemônicas, discute a democracia não só como forma de governo, mas também como forma de organização frente ao Estado e à própria sociedade – é democracia participativa.

Continuando, Medeiros (2011) diz que:

“A democracia participativa sugere uma articulação com a democracia representativa, pois a primeira também se respalda na participação em conselhos diversos criados, por vezes, pelo próprio Estado e, por outras, pela sociedade civil organizada, fazendo-nos entender que a luta está acontecendo *dentro* e *fora* do Estado.” (MEDEIROS, 2011, p. 139)

Já Arantes (1999, p. 33), aprofunda o entendimento que aqui será adotado quando diz que democracia deve significar a “democratização das relações de poder no interior da escola e ampliação dos espaços participativos, e de decisão, que deixe de ser um único centro de poder, para ser um colegiado”.

Consideremos então ao falar sobre democratização escolar, não só o conceito de democracia representativa, traduzida no âmbito escolar como a escolha do diretor e

outros representantes através de eleição, mas também todo um conjunto de ações que delineiam “uma gramática da organização da sociedade e da relação entre Estado e a sociedade” (SANTOS, 2002, p. 51).

2.1.2 Democratizando a Educação Brasileira

Para falar sobre democratização escolar, necessita-se em primeiro lugar, entender de onde vem este movimento participativo, conforme nos informa Medeiros (2011, p. 140): “A democratização da gestão escolar precisa ser enfatizada dentro de um quadro teórico amplo que venha explicitá-la no conjunto das novas configurações do Estado face à democracia.”

O marco fundamental para esse debate será a Constituição Federal de 1988, pois conforme Ghanem (1996), é a Assembleia constituinte o marco fundamental do período de formação de um sistema político democrático.

Também Arantes (1998, p. 98) lembra que:

“O tema gestão democrática na educação tem sido amplamente discutido. A constituição de 1988 contemplou o princípio de gestão democrática para as escolas públicas, deflagrando em todo o país uma série de debates sobre o tema.”

A constituição garantiu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Fica explícito, portanto, a ideia de participação da família e sociedade no que diz respeito às contribuições perante a educação.

Consoante com este ideal, o texto da carta magna pontua:

“Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei”

Ainda de acordo com Ghanem (1996), vemos que a partir dos ordenamentos constitucionais, os debates de cunho participacionista geraram “políticas educacionais que pretendiam ser compatíveis com o sistema político democrático, ou seja, propostas de gestão democrática e participação popular na escola”.

Exemplo disso é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que diz:

“Art. 14: “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.”

A gestão democrática é corroborada também pela pelo PNE - Plano Nacional de Educação, de 2001, Lei n. 10.127, que tem como objetivo e prioridade o seguinte enunciado:

“democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.”

Outra meta estabelecida pelo PNE é: “Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de conselhos escolares ou órgãos equivalentes”. Conselhos escolares são alguns dos mais claros instrumentos práticos para implementação da democratização no ensino. São formados por membros da escola, administrativos e pedagógicos, pais, alunos e membros da comunidade. São responsáveis pelo controle e fiscalização dos recursos destinados para a escola, além de em alguns casos, participarem da formação do PPP – Projeto Político Pedagógico e opinarem na escolha da destinação dos recursos da escola.

Antes desse novo ordenamento, a Administração Escolar tinha um cunho mais centralizador e hierarquizado, em que as decisões eram tomadas no topo da teia administrativa. Cabia à escola apenas executar os planos, que muitas vezes eram inadequados a sua realidade. Planos estes, sob o controle do Ministério da Educação, que promovia inspeções regulares para atestar o cumprimento obrigatório dos planejamentos (FREITAS, 2000).

A partir do novo ordenamento constitucional e outras mudanças, como a abertura política dos anos 80, houve espaço para que a educação fosse repensada de acordo com a realidade escolar local. Freitas (2000, p. 50) ressalta que:

“(...) as novas políticas públicas, provavelmente sob o efeito do espírito neoliberal, passaram a contemplar a descentralização administrativa e gestão escolar participativa de cunho democrático, com o foco na realidade da escola e de suas comunidades escolar e local.”

2.1.3 Entendendo a gestão democrática

Em que se traduz a gestão democrática no ambiente escolar? Quais as ações práticas de gestão escolar democrática que uma escola pode ter?

Não existe um modelo fechado que diga o que é administrar democraticamente uma escola. Encontra-se na bibliografia existente uma série de ações, diretrizes, políticas e programas que possuem uma conduta democrática e levam a uma maior participação dos sujeitos envolvidos no âmbito escolar.

Conforme Mendonça (2000), a gestão democrática é definida por um conjunto de procedimentos que englobam: processos de administração, concepção de diretrizes de política educacional, planejamento e definição de programas, projetos e metas educacionais, desde sua criação, passando pela implementação e finalizando com seus processos avaliativos.

Já Dourado (2007), emprega à gestão democrática um sentido mais amplo, no qual passamos pelo exercício da cidadania, através da participação popular e descentralização do poder. Trata-se, portanto, da desconcentração dos processos de tomada de decisão e execução, de forma a trazer a comunidade para o cotidiano escolar.

Segundo Rodrigues (1983), podemos verificar a democratização da escola pública em três aspectos, sob os quais se pressupõe uma atitude fundamental, que é a participação.

- 1) Democratização dos processos administrativos, ou seja, eleições diretas com a participação de toda a comunidade na escolha do diretor.
- 2) Ampliação das condições de acesso, com o aumento da oferta de vagas.
- 3) Democratização do processo pedagógico, acabando com as elaborações dos planos escolares centralizadas e autoritárias.

Em Albuquerque (2011, p. 134), a autora discorre sobre o que ela chama de “eixos de luta em torno da gestão democrática da educação pública”. São eles:

- 1) Eleição de diretores nas escolas públicas
- 2) Relações hierárquicas: diferença salarial entre diretor e professor
- 3) Participação nos conselhos escolares
- 4) Centralização e descentralização nos sistemas de ensino
- 5) Projeto político-pedagógico

6) Autonomia e democracia

2.2 PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

2.2.1 Origem e Legislação

No ano de 1995, o Ministério da Educação (MEC) iniciou o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Na época, o programa consistia na transferência de recursos financeiros públicos da União às escolas públicas apenas de ensino fundamental, para despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme Resolução nº 3, de 27/2/2003:

“Art. 1º O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE consiste na transferência, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de recursos financeiros, consignados em seu orçamento, em favor das escolas públicas do ensino fundamental das redes estadual, do Distrito Federal e municipal, destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, de forma a contribuir, supletivamente, para a melhoria física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários.”

A nova denominação, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), passou a vigorar após a Medida Provisória n. 1.784, de 14 de dezembro de 1998, quando foram incorporadas as escolas de ensino fundamental que atendessem alunos com necessidades educacionais especiais e comunidades indígenas. O programa foi ampliado pela [Lei 11.947/09](#) e passou a atender todas as escolas públicas da Educação Básica, Ensino Médio e Infantil. Em 2003, foi novamente atualizado pela Resolução n. 3 de 27/02/03, do FNDE, originada da Medida Provisória n. 2.178-36, de 24/08/2001.

A Resolução n. 12, de 10 de maio de 1995, originária do programa, incutiu como objetivo do PDDE “agilizar a assistência financeira do FNDE aos sistemas públicos de ensino”, de forma a cumprir o Art. 211 da Constituição Federal de 1988:

“Art. 211 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino;
§ 1º - A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria

educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.”

2.2.2 Funcionamento

As diferenças regionais de desenvolvimento econômico são levadas em conta no cálculo dos repasses. Os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste recebem mais que os das regiões Sul e Sudeste e Distrito Federal. A base de cálculo dos recursos é a quantidade de alunos levantada no censo escolar do ano anterior ao repasse.

Tabela 1 - Panorama Geral de Repasses

Ano	Total de escolas	Total de alunos	Valor	
1995	144.306	28.350.299	R\$	229.348,00
1996	167.760	31.287.583	R\$	259.745,00
1997	106.711	26.672.800	R\$	279.419,45
1998	130.472	28.961.218	R\$	306.374,68
1999	130.724	30.665.933	R\$	305.787,15
2000	132.221	31.491.575	R\$	315.634,50
2001	123.167	30.589.908	R\$	307.160,13
2002	125.313	30.809.581	R\$	312.595,65
2003	116.037	29.989.008	R\$	304.522,60
2004	117.320	29.543.278	R\$	257.744,50
Fonte: FNDE - Dados da execução do PDDE no período de 1995 a 2004 (adaptado)				

Conforme nos lembra Adrião (2007, p. 32):

“No que se refere aos recursos destinados às escolas pelo PDDE, destaca-se que, de 1995 a 2004, não houve qualquer acréscimo na tabela de repasse dos recursos às escolas. O dinheiro continuou a ser repassado uma vez por ano, tendo como base o número de alunos matriculados no ensino fundamental, extraído do censo escolar do ano anterior”

A execução destes recursos está vinculada apenas as despesas de custeio e capital, condição que está registrada na mesma Resolução n 3/2003:

“Art. 2º Os recursos transferidos à conta do PDDE destinam-se à cobertura de despesas, exceto gastos com pessoal, que concorram para a garantia de

funcionamento e melhoria da qualidade do ensino das escolas beneficiárias, tais como:

- I - aquisição de material permanente;
- II - manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar;
- III - aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola;
- IV - capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação;
- V - avaliação de aprendizagem;
- VI - implementação de projeto pedagógico; e
- VII - desenvolvimento de atividades educacionais.”

Em resumo, o recurso pode ser aplicado em materiais permanentes, como bebedouro, impressora, aparelhos de ar condicionado e itens de uso diário, como papel, lápis, caneta, borracha, cartuchos de tinta para impressora, produtos de limpeza, papel higiênico, sabonete etc. Também podem ser realizados pequenos reparos em infraestrutura física, compras para execução do Projeto Político Pedagógico e atividades escolares em geral.

2.2.3 PDDE e a Democratização

Analisando o PDDE do ponto de vista da caminhada da educação brasileira rumo a democratização, pode-se dizer que a autonomia gerada pelo repasse do recurso diretamente à escola é de grande importância. A gestão financeira deste recurso fica a cargo da Unidade Executora (mais adiante), que em teoria, deve promover a tomada de decisão para uso do recurso com base na participação de todos envolvidos no âmbito escolar: diretor, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade.

Se esta condição for atendida, e houver uma real participação cidadã na gestão do recurso, poderemos dizer que a escola dá um passo a mais na direção da gestão democrática, de práticas participativas e consensuais.

O PDDE atende, portanto, em duas linhas de evolução, as lacunas na sociedade brasileira. Uma macro, que corresponde a um nível estratégico, no momento em que “O PDDE é utilizado como uma estratégia de descentralização/desconcentração das políticas de financiamento do ensino fundamental no País” (MOREIRA, 2001, p. 150), e a outra micro, que corresponde à transformação da realidade escolar, pois “O PDDE permitiu que a escola pública passasse a receber o dinheiro sem

intermediários, possibilitando aos gestores decidir, com a equipe e a comunidade, como a verba deve ser usada", explica José Maria Rodrigues, do FNDE em Almeida (2010, p. 1).

2.2.4 As Unidades Executoras

Desde 1997, o Programa exige como condição para o recebimento dos recursos diretamente pelas escolas, a criação de Unidades Executoras (UEx): entidades de direito privado, sem fins lucrativos e que possuam representantes da comunidade escolar.

"A Unidade Executora tem como função administrar recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, municipais, advindos da comunidade, de entidades privadas e provenientes da promoção de campanhas escolares, bem como fomentar atividades pedagógicas da escola" (Brasil, 1997, p. 11).

Como lembra Adrião (2007):

"Declaradamente, o Programa opta pela criação de UEx de natureza privada como mecanismo para assegurar maior flexibilidade na gestão dos recursos repassados e ampliar a participação da comunidade escolar nessa mesma gestão." (p. 255)

A mesma Resolução n 3/2003, do FNDE, estabelece as condições relacionadas às Unidades Executoras:

§ 1º As escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais somente serão beneficiadas se possuírem matrícula superior a 20 (vinte) alunos no ensino fundamental, inclusive educação especial e indígena, de acordo com dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação, no ano imediatamente anterior ao do atendimento.

§ 2º As escolas a que se refere o parágrafo anterior, com matrícula superior a 99 (noventa e nove) alunos, somente serão beneficiadas pelo PDDE, se dispuserem de suas próprias UEx - entidade de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar (caixa escolar, associação de pais e mestres - APM, conselho escolar, etc.), responsável pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE.

§ 3º As escolas beneficiárias do PDDE, com matrícula entre 21 (vinte e um) e 99 (noventa e nove) alunos, que não possuírem UEx próprias, poderão receber recursos à conta do PDDE por intermédio da secretaria de educação do estado, do Distrito Federal ou do município, de acordo com a sua vinculação."

Frisando o exposto acima "UEx - entidade de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar (caixa escolar, associação de pais e mestres - APM, conselho escolar, etc.)", deve-se ressaltar então a importância dessas

organizações, de criação, na maioria das escolas, anterior a criação do PDDE. Segundo Medeiros (2003), a constituição destes órgãos representativos (CPM – Círculo de Pais e Mestres, APM – Associação de Pais e Mestres, etc.) é um importante mecanismo de representação democrática no âmbito da unidade escolar:

“O canal de participação mais sistemática da comunidade escolar na gestão escolar se dá pela constituição de órgãos representativos. Os chamados: Colegiado da Escola ou Conselho Escolar são compostos de todos os seguimentos escolares mais o diretor como membro nato. Nestes órgãos podem variar funções (deliberativa, consultiva ou fiscalizadora), o âmbito de atuação (pedagógico, administrativo ou financeiro), o número de assentos de cada seguimento escolar[...]” (MEDEIROS, 2003, p. 84)

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Algumas perguntas foram formuladas para serem orientadoras da pesquisa, de forma a serem respondidas ao término dos procedimentos de pesquisa. O roteiro da entrevista se baseou nos seguintes questionamentos:

Como se dá a participação de pais, alunos e comunidade no processo?

Em que grau as decisões são tomadas em conjunto?

Como é a participação dos sujeitos na UEx?

Quais e como são estabelecidos os critérios utilizados para aplicação dos recursos?

Quais os procedimentos para controle e avaliação da aplicação destes recursos?

Qual o grau de autonomia a escola possui para gerir os recursos financeiros?

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

A pesquisa teve um caráter exploratório e foi realizada uma abordagem de natureza qualitativa com dados primários e secundários.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área

O campo de levantamento de dados escolhido foi uma escola porque é ela o locus essencial onde se processa a educação. Fazer parte do PDDE foi uma condição a ser satisfeita. Facilidades de acesso na escola por parte do pesquisador também influenciaram na decisão.

A caracterização abaixo foi adaptada do “blog do Centrão”, que relata o histórico do Centro Educacional de Planaltina.

O Ginásio de Planaltina teve sua sede primeira onde atualmente funciona o Centro de Ensino Fundamental 02. Foi fundado em 1961, com a finalidade de atender a comunidade em nível ginasial.

Em 1964, passou a ser denominado Colégio de Planaltina, tendo sido implantado o Curso Técnico em Contabilidade. O Curso Normal teve origem em 1968, quando

um grupo de mulheres concluintes do curso ginásial ansiou por cursar o Magistério. A experiência positiva do primeiro ano de trabalho e o entusiasmo dos professores com o crescimento dos alunos, possibilitaram uma melhor programação das atividades administrativas e pedagógicas. Em 1973, o Colégio de Planaltina transfere suas instalações físicas e passa a denominar-se Centro Educacional 01 de Planaltina, sob a direção do professor Afrânio Vieira de Brito.

Em 12 de janeiro de 2004 o professor Jader Campos da Silva assume a direção do Centro Educacional 01 de Planaltina, sendo o atual diretor, escolhido pelo processo de Gestão Compartilhada.

A principal característica da escola é a diversidade, tanto nas modalidades de ensino como na origem dos alunos (Arapoanga, Buritis I, II e III, Estância, Vale do Amanhecer, Setor Sul, Mestre D'Armas, Roriz e Setor Central).

A escola desenvolve vários projetos. Os de maior destaque são: o Festival de Arte e Literatura, a Feira de Ciências, Dia Nacional da Consciência Negra, Escola Integral, Gincana, Projeto Entre Jovens dentre outros. Os projetos envolvem toda a comunidade escolar com exposições, experimentos, apresentações, tutorias, aulas de reforço, etc.

3.3 Participantes do estudo

Além da revisão bibliográfica e análise documental, foi realizada uma entrevista com o Diretor Jader Campos da Silva. A escolha do Diretor como objeto da entrevista foi em virtude do conhecimento dele a respeito de todas as atividades escolares e em virtude do acesso dele a toda a documentação necessária para a pesquisa.

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Primeiramente foi utilizada a análise documental como forma de apropriar-se do conteúdo de todos os documentos oficiais relativos ao PDDE e gestão financeira da escola relevantes ao objetivo da pesquisa, todos os documentos possíveis sobre a formação e atuação da Unidade Executora da escola, como estatuto, ata de criação,

atas de reuniões, etc., e por último, todos os documentos trocados entre a escola e o FNDE, no intuito de conhecer a relação entre as entidades.

Alguns documentos, como a prestação de contas específica do Programa não pode ser disponibilizado pelo Diretor.

Para levantamento dos dados primários, foi utilizado o instrumento de entrevista com roteiro aberto, de forma a permitir mais liberdade caso venham a surgir pontos interessantes durante a aplicação. Foi realizada a gravação de voz do participante da entrevista.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A coleta de dados ocorreu no dia 16 de novembro, em visita à escola Centro Educacional 01 – Planaltina-DF. Na oportunidade da visita, foram recolhidos e xerocopiados os documentos disponíveis e foi realizada a entrevista com o Diretor. A documentação analisada foi, em parte, transposta para o corpo deste trabalho, de forma a melhor demonstrar as evidências de participação encontradas. Da entrevista, que foi registrada em um gravador de voz, foram transcritas as partes relevantes e que ajudassem a responder as questões pertinentes ao trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola analisada, Centro Educacional 01 de Planaltina-DF, o chamado Centrão, possui, segundo os dados levantados, 3.134 alunos, divididos em 25 turmas vespertinas, 25 turmas matutinas e 20 turmas noturnas, alocadas em 3 modalidades de ensino: fundamental, médio e EJA – Educação de Jovens e Adultos. Disponibiliza turno integral para alunos do ensino fundamental e possui turmas diferenciadas para alunos que necessitam de maior atenção, como aqueles portadores de necessidades especiais.

A relação com a comunidade é intensa e produtiva, pois “não há um final de semana em que a escola não esteja ocupada por atividades de outras organizações da comunidade, como igreja, alcoólicos anônimos e movimentos sociais diversos”, conforme relatou o Diretor Jader Campos da Silva, pessoa na qual, através da investigação pela entrevista, levantaram-se dados a respeito da escola.

A escola possui desde 1978 uma APM – Associação de Pais e Mestres, que atua de maneira efetiva nas questões que lhe é de direito, buscando sempre seu objetivo essencial, descrito em seu estatuto: “Art. 2º - A Associação terá como objetivo essencial integrar a comunidade, o poder público, a escola e a família, buscando o desempenho mais eficiente de processo educativo”.

Também é fim da Associação, conforme o Art. 3º, letras “a” e “c”, respectivamente: “Proporcionar aos pais uma forma de participação ativa na escola, em benefício dos alunos ou do processo educacional”; “Participar das reuniões de planejamento e avaliação das atividades do estabelecimento”.

Os órgãos que compõem a Associação são: Diretoria, Assembléia Geral e Conselho Fiscal. Em todos os órgãos há participação de pais e funcionários, além de docentes e da diretoria da escola.

É esta APM que faz o papel de Unidade Executora dos recursos do PDDE. Conforme regra estabelecida pelo FNDE, cada escola deve instituir uma Unidade Executora, conforme segue:

“É uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da

comunidade ou de ambas. Várias são as nomenclaturas utilizadas para denominar Unidade Executora (UEX); eis alguns exemplos:

- Caixa Escolar
- Associação de Pais e Professores
- Associação de Pais e Mestres
- Círculo de Pais e Mestre
- Unidade Executora

Independentemente da denominação que a escola e sua comunidade escolham, a idéia é a participação de todos na sua constituição e gestão pedagógica, administrativa e financeira. O importante é que ao constituir sua Unidade Executora, a escola congregue pais, alunos, funcionários, professores e membros da comunidade, de modo que esses segmentos sejam representados em sua composição.”

Nesta escola, portanto, quando é referenciado APM ou UEX, está entendido que ambas tem a mesma função perante o PDDE, que segundo o mesmo manual são definidas como:

- administrar recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, distritais e municipais;
- gerir recursos advindos de doações da comunidade e de entidades privadas;
- controlar recursos provenientes da promoção de campanhas escolares e de outras fontes;
- fomentar as atividades pedagógicas, a manutenção e conservação física de equipamentos e a aquisição de materiais necessários ao funcionamento da escola; e
- prestar contas dos recursos repassados, arrecadados e doados.

Segundo o Diretor, uma Assembleia é realizada anualmente e é nela que se decide onde serão gastos os recursos de toda a escola. A APM conta com a presença atualmente de aproximadamente 500 pais de alunos, quantidade que corresponde a algo em torno de 16% do total de alunos. A discussão das prioridades da escola é realizada em conjunto nesta reunião e uma Ata de Prioridades é elaborada como resultado das discussões. Esta Ata reflete a vontade conjunta de pais, alunos, funcionários, professores e corpo diretivo da escola e serve como base norteadora para as despesas do ano inteiro, ocorrendo sempre no início do ano letivo.

Foi evidenciado na entrevista que não é somente esta reunião que baliza as despesas da escola. Conforme fala do Diretor, sempre que necessário, geralmente à chegada de algum novo recurso na escola, reúnem-se APM, Conselho Escolar e Corpo Docente para elaborar uma nova Ata de Prioridades, de acordo com o recurso recém chegado e possíveis novas necessidades e urgências da escola.

Pode-se constatar também que para gastos de maior urgência, que necessitem de compra imediata de material e que seja de baixo custo, o Diretor não providencia nenhuma consulta aos seguimentos escolares, realizando a compra e comunicando

posteriormente, através da reunião de prestação de contas, a compra de material não previsto anteriormente na Ata de Prioridades.

Quando questionado em relação a necessidade de uma compra inesperada com recursos do PDDE, o diretor relatou: “O PDDE te dá condições de flexibilidade de acordo com as necessidades. Você tem que alterar a Ata”. Em relação a natureza desta alteração o comentário foi: “É feita na escola, somente na escola (...) Se eu precisar comprar uma torneira, não reúne (não há decisão conjunta da Unidade Executora), mas quando for prestar conta, tem que alterar (a Ata de prioridades)”.

Ele relatou que a APM toma conhecimento das possíveis alterações na Ata e justificou que este procedimento “é mais para dinamizar, para não amarrar a compra”.

A prestação de contas do recurso do PDDE gasto pela escola é realizada anualmente e encaminhada para a DRE – Diretoria Regional de Ensino, juntamente com a prestação de contas dos demais recursos recebidos pela escola.

Ela deve passar por aprovação em Assembleia antes de ser encaminhada à DRE. Esta conferência inicial de gastos e realizações da escola é função do Conselho Fiscal da APM, que é composto por 3 pais de alunos e 2 professores. A prestação de contas somente é encaminhada caso seja aprovada pela Assembleia.

Além destes mecanismos de decisão e controle da gestão financeira, uma outra etapa do planejamento escolar é extremamente relevante no balizamento das ações e consequentes despesas no âmbito escolar: O Projeto Político Pedagógico – PPP.

Este Projeto atende a Gestão Escolar como um todo e estabelece objetivos pedagógicos, administrativos e financeiros para o ano em que é formulado. É elaborado com vistas a fortalecer a Gestão Compartilhada, e é fundamentado em princípios como:

- Gestão Democrática
- Autonomia Financeira
- Qualidade de Ensino
- Organização Curricular
- Valorização dos Profissionais de Educação

- Relação entre Escola e Comunidade

O Diretor, ao ser questionado entre a ligação do PPP – Projeto Político Pedagógico e a Gestão Financeira, relatou:

“(...) você elenca todos os projetos pedagógicos e administrativos a serem desenvolvidos no período letivo (...) se você tem um PPP contradizendo a sua Ata de Prioridades, houve falha ao elaborar as prioridades da escola (planejamento financeiro) ou falha para elaborar o PPP (...) tem que ser (execução financeira e PPP) concomitante e em concordância. O Projeto Político Pedagógico não existe se não for feito com todos os seguimentos da escola.”

O PPP é, portanto, um importante recurso orientador da atuação da escola. Assim como a fala do Diretor, o próprio documento, que foi analisado durante a fase de análise documental desta pesquisa, possui elementos identificadores de participação da comunidade escolar em sua elaboração:

“É em função da necessidade de participação efetiva de todos os seguimentos envolvidos no sistema educacional em todos os momentos de desenvolvimento e aplicação do plano de Gestão Compartilhada que realizamos, equipe gestora, professores, auxiliares em educação, pais e alunos, discussão aberta e dinâmica acerca das dificuldades e esperanças que movimentam a escola”.

A seguir, são apresentados documentos utilizados dentro do processo da gestão financeira da escola. Estes documentos fizeram parte do levantamento de dados para investigação da maneira como a escola decide como serão gastos os recursos do PDDE e a participação dos seguimentos escolares neste processo.

Documento 1: Ata de Reunião Extraordinária da Unidade Executora, Conselho Escolar e Membros da Diretoria.
Data: 12/01/2010
Objetivo: Definir como serão gastos os recursos do PDDE/2009 que foram reprogramados para 2010, no total de R\$ 26.103,55.
Nesta reunião foi decidido que os recursos seriam gastos da seguinte maneira:

Despesas de Capital (material permanente), no total de R\$ 7.758,34

- Projetor de Multimídia
- Microcomputadores
- Filmadora
- Impressoras
- Ventiladores para sala de aula
- Estabilizadores
- Mapas e Atlas geográficos, tabelas periódicas e globos terrestres

Despesas de Custeio (material de consumo/serviços), no total de R\$ 18.345,21

- Material pedagógico em geral
- Materiais de manutenção e reformas em geral
- Reforma do depósito de material
- Reforma do auditório
- Materiais de secretaria em geral

Documento 2: Ata de Reunião Extraordinária da Unidade Executora, Conselho Escolar e Membros da Diretoria.

Data: 10/11/2010

Objetivo: Definir como serão gastos os recursos do PDDE/2010 no total de R\$ 26.824,00.

Nesta reunião foi decidido que os recursos seriam gastos da seguinte maneira:

Despesas de Capital (material permanente), no total de R\$ 5.364,80

- Aparelho de TV
- Microcomputadores
- Filmadora
- Câmera Digital
- Cortina para auditório
- Ventiladores para sala de aula
- Suportes para TV

Despesas de Custeio (material de consumo/serviços), no total de R\$ 21.459,20

- Material pedagógico em geral
- Materiais de manutenção e reformas em geral
- Reforma do depósito de material
- Reforma do auditório
- Materiais de secretaria em geral

Documento 3: Parecer do Conselho Fiscal da APM (Unidade Executora)

Data: 10/12/2010

Objetivo: Atestar as despesas realizadas à conta do PDDE/2009, que fora reprogramado para 2010.

Nesta reunião foi aprovada a prestação de contas, declarando o conselho que as despesas foram realizadas de acordo com a Ata de Prioridades definida em jan/2010.

Do recurso referente ao exercício de 2009, reprogramado para 2010, no total de R\$ 26.103,55, foram gastos R\$ 14.508,59. Desta forma sobrou para o exercício de 2011 o valor de R\$ 11.594,96.

Acrescido do recurso referente ao exercício de 2010, que não foi gasto e passou integralmente para o exercício de 2011, pois chegou à escola somente em novembro/2010 no total de R\$ 26.824,00, ficou reprogramado o total de R\$ 38.418,96 para ser gasto em 2011 pela escola.

Documento 4: Ata de Reunião Extraordinária da APM

Data: 05/09/2011

Objetivo: Apresentação de realizações e discussão da eleição da nova diretoria

Nesta reunião foram apresentados os resultados das ações da diretoria face à utilização dos recursos do PDDE. Foram eles:

- Reforma de toda a escola (pintura, vidros, parte elétrica, telhado, calçadas, parte hidráulica, etc.)
- Reforma geral da quadra de esportes
- Reforma dos portões de acesso
- Novo estacionamento
- Substituição/reforma dos ventiladores
- Aquisição de microcomputador
- Reforma no sistema de monitoramento da segurança
- Reforma dos alambrados
- Rampa de acesso aos alunos PNEE's
- Aquisição de material de expediente e pedagógico

Os documentos acima relacionados demonstram todo o processo da gestão financeira da escola. Desde o planejamento e estabelecimento das prioridades, apresentação dos resultados e prestação de contas.

Em todas as etapas verifica-se, pelo menos em aspecto formal, a participação da APM, ou Unidade Executora, desde a elaboração da Ata de Prioridades até a prestação de contas ao FNDE.

Constata-se o atendimento às regras formais estabelecidas pelo FNDE como condição para participação no Programa. A escola participa desde a sua primeira versão, ainda quando o Programa era intitulado PMDE, em 1995.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após apresentação dos resultados da análise documental e entrevista realizada com o Diretor da escola, pode-se chegar a conclusões a respeito da Gestão Financeira e a participação da comunidade escolar neste processo.

Conforme foi levantado pela pesquisa, a escola possui uma APM desde 1978. O processo democrático para estabelecimento de prioridades de despesas e elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola obteve suas raízes muito antes da existência do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Desde antes do PDDE a escola já havia instituído o processo de gestão financeira assim como é hoje. A participação da comunidade escolar, pais, funcionários, alunos e professores na tomada de decisão a respeito dos recursos financeiros já era realidade através da atuação da APM.

Quando surgiu o PDDE, o que ocorreu foi a adesão do Programa às bases democráticas já existentes dentro da escola. Ou seja, não se pode perceber nenhuma alteração no modelo de gestão em virtude da participação no Programa.

Ainda assim, em virtude da diferenciação do recurso do PDDE em relação às demais fontes de renda da escola, pode-se verificar uma ampliação no espaço de decisões da escola. Agora, é possível um leque maior de decisões sob as suas necessidades diárias, ainda que esta nova dinâmica de atuação seja restrita a pequena quantia recebida e não implique necessariamente no aumento da participação da comunidade escolar nas decisões.

Historicamente as despesas realizadas na escola são controladas por órgãos superiores de educação, como a Secretaria de Educação, em programas específicos do MEC. Todas as realizações da escola eram vinculadas de acordo com a destinação do programa ou plano anterior feito pela escola e encaminhado aos órgãos superiores para aprovação e liberação da verba.

O PDDE foi a primeira experiência de chegada de recursos pela União diretamente na escola, possibilitando à escola gastar com o que achar necessário para consecução de suas atividades pedagógicas ou administrativas, planejadas ou urgentes.

Segundo o Diretor, todas as verbas que chegam para a escola, possuem um “engessamento”, ou seja, tem uma destinação pré-determinada, assim como já foi demonstrado neste trabalho ser o caso do PDDE, que destina 70% dos recursos para custeio e 30% para capital.

Na configuração dos recursos que chegam para a escola, o PDDE é o que possibilita maior liberdade para decidir onde será gasto. Essa característica do programa tem estreita relação com a crescente autonomia da escola em relação aos órgãos superiores de educação.

No entanto, o grau de liberdade adquirido pela escola é extremamente limitado ao montante financeiro recebido pelo programa, que segundo o diretor e demais consultas bibliográficas realizadas neste trabalho, é insuficiente face às necessidades da escola.

Quando questionado se o PDDE alterou a percepção de autonomia da escola, o diretor relatou:

“No PDDE a gente tem mais liberdade. Por exemplo, uma prioridade da Ata de Prioridades: comprar computador. Se eu entender que a prioridade agora é comprar ventilador, eu posso fazer alteração da Ata de Prioridades, enquanto as outras verbas não permitem”.

O Diretor ressalta também a dificuldade de gastar o recurso do PDDE, visto as regras burocráticas estabelecidas pelo programa na execução de despesas:

“Existe a verba, mas existe a dificuldade na execução. Se eu for comprar um computador de 3 mil reais, eu tenho que pegar três orçamentos constando CNPJ, endereço, carimbo de quem emite....mas se eu quisesse comprar um pen drive de 20 reais eu teria que fazer o mesmo processo.”

É nítido perceber, portanto, que para solução de problemas que demandem pequenas quantias de dinheiro, o PDDE trouxe grandes benefícios, como agilidade e autonomia, ainda que com reclamações de excesso de burocracia.

No entanto, a gestão dos recursos do PDDE, em praticamente nada se altera da gestão global de recursos da escola, na ótica da participação. Ou seja, o dinheiro recebido do PDDE é contemplado com o mesmo grau de democratização nas decisões que o restante dos recursos da Escola.

Pode-se dizer ainda que, nas situações de compras urgentes e de pequeno valor, agora propiciadas pelos recursos do PDDE, a decisão cabe somente à equipe gestora da escola, presente nas rotinas diárias do ambiente escolar.

Respondendo a pergunta inicial proposta por este trabalho, podemos dizer que em matéria formal, burocrática e processual, em nada fica a desejar a Gestão Financeira da Escola, em se tratando do atendimento às normas exigidas pelo FNDE.

No entanto, considerando a participação da comunidade escolar como elemento decisivo na Gestão Financeira do recurso, não se pode ter certeza desta real influência sem que haja um estudo mais detalhado com foco nas reuniões de planejamento e elaboração das Atas de Prioridade, Projeto Político Pedagógico e prestações de contas, entre outros.

Este aprofundamento não foi possível neste trabalho em virtude do limitado tempo de elaboração e dos desencontros das datas de realização das reuniões de planejamento e o período de elaboração da pesquisa.

A Gestão Democrática em sentido profundo refere-se, conforme literatura destacada anteriormente, a uma participação efetiva da comunidade escolar, expondo seus anseios e vendo-os serem atendidos, acompanhando e avaliando as ações resultantes. Caso contrário, a participação pode limitar-se a um mero componente burocrático, tratando de referendar e concordar com as decisões tomadas pela Direção da escola.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. Implicações do programa dinheiro direto na escola para a gestão da escola pública. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. **Programa Dinheiro Direto na Escola – Uma proposta de redefinição do papel do estado na educação?**. Inep/MEC. Brasília. 2007.

ALBUQUERQUE, Ana E. M. de. **O processo de institucionalização do princípio da gestão democrática do ensino público**. 2011. 301f. Tese. Universidade de Brasília. 2011

ALMEIDA, D. 5 pontos sobre o programa dinheiro direto na escola. **Revista Nova Escola Gestão Escolar**, Ed. 5, jan. 2010. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/programa-dinheiro-direto-escola-financiamento-educacao-pdde-516237.shtml?page=all>. Acesso em 13/10/2011.

ARANTES, C. **Gestão democrática, imaginário e cotidiano**. Dissertação. Universidade de Brasília. 1999.

BORDIGNON, Genuíno, Proposta Pedagógica. **Gestão Democrática na Educação**. TV Escola – Salto para o futuro, B.19, out, 1995

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 10/10/2011

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394 de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 10/10/2011

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei n. 10.172 de 2011. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 10/10/2011

BRASIL. **Relatório Anual de Execução do PDDE e PAED / 2006**. Ministério da Educação. 1997. Disponível em www.fnede.gov.br/index.php/ddne-consultas. Acesso em 08/10/2011.

BRASIL. **Manual de Orientação para Constituição de Unidade Executora.** Ministério da Educação. Atualizado em 1999. Disponível em www.fnde.gov.br/index.php/ddne-consultas. Acesso em 08/10/2011.

BRASIL. **Resolução n. 3 CD/FNDE.** Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos destinados à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE. Ministério da Educação. 2003. Disponível em www.fnde.gov.br/index.php/ddne-consultas. Acesso em 08/10/2011.

DOURADO, L.F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: Limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007

FREITAS, Katia Siqueira de, Uma Inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar. **Em Aberto**, v.17, n.72, p.47-59, fev./jun. 2000.

GHANEM, Elie, Participação popular na gestão escolar - Três casos de políticas de democratização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 3 Set/Out/Nov/Dez, 1996.

MARTINS, R. M; CAMPOS, V. C. **Guia prático para pesquisa científica.** 2. ed. Rondonópolis: Unir, 2004.

MEDEIROS, A. M. S. de, Democratização e mudanças práticas na gestão escolar. **Linhas Críticas.** Brasília, DF, v. 17, n. 32, p. 137-150, jan./abr, 2011.

MEDEIROS, I. L. P. **Gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre de 1989 a 2000 – A tensão entre reforma e mudança.** Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande de Sul. 2003.

MENDONÇA, M. H. M. **Crianças e Adolescentes Pobres de Direitos. A Trajetória da Política Social Dirigida à Infância e Adolescência no Brasil Republicano.** Tese. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2000.

MOREIRA, A. M. A. Gestão Financeira na Escola Pública: o caso do PDDE. **Em Aberto**, Brasília, v. 18, n. 74, p. 149-150, dez. 2001.

MOREIRA, A. M. A. **A gestão de recursos financeiros na escola: O caso do Programa Dinheiro Direto na Escola.** Dissertação. Universidade de Brasília. 1999

RODRIGUES, N. A Democracia da Escola: Novos Caminhos. **Revista ANDE**, n 03, São Paulo. 1986.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. São Paulo. Civilização Brasileira, 2002.

<http://blogdocentraoplanaltina.blogspot.com/p/historico-do-centrao.html>. Acesso em 14/10/2011.

ANEXOS